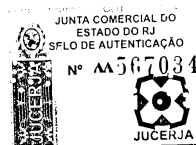


ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA E ESPECIAL, REALIZADA EM 18 DE SETEMBRO DE 2000

I. DATA, HORA E LOCAL: Na sede social, situada na Cidade de Rio Bonito, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Ceci, nº 264, às 10:00 horas do dia 18 de setembro de 2000. **II. PRESENÇA E CONVOCAÇÃO:** A convocação é dispensada nos termos do artigo 124, § 4º, da Lei nº 6.404/76, face a presença de acionistas representando a totalidade do capital social da Sociedade. **III. MESA DIRETORA:** Presidente: Sr. Atila Noaldo Serejo Alves Silva. Secretário: Sr. Jorge do Monte França. **IV. DELIBERAÇÕES:** Foi deliberado por unanimidade dos votos dos presentes e sem reservas o descrito a seguir: I. A lavratura da presente ata na forma de sumário, como faculta o §1º do artigo 130 da Lei nº 6.404/76. II. Aprovar a alteração do artigo 8º do Estatuto Social para que seja concedido ao detentor da ação preferencial de classe especial o direito de eleger apenas um membro do Conselho de Administração da Companhia. Assim, o artigo 8º passa a vigorar com a seguinte redação: **"Artigo 8º** - O acionista titular da ação preferencial de classe especial terá o direito de eleger, em votação em separado, 1 (um) membro do Conselho de Administração da Companhia." III. Em consequência da alteração do artigo 8º, aprovar a alteração do artigo 19 do Estatuto Social, que passa a vigorar com a seguinte redação: **"Artigo 19** - O Conselho de Administração será composto por 3 (três) membros, que serão eleitos pela Assembléia Geral, para um mandato de 1 (um) ano, podendo ser reeleitos ou destituídos a qualquer tempo, sendo um Presidente, e os demais conselheiros sem designação específica, sendo 1 (um) membro eleito em separado pelo titular da ação preferencial, na forma do Artigo 8º." IV. Registrar a concordância do acionista detentor da ação preferencial de classe especial, presente a esta Assembléia, com a presente alteração dos artigos 8º e 19 do Estatuto Social. V. Em consequência, aceitar a renúncia dos membros do Conselho de Administração Sr. Maurício da Costa Ribeiro, agradecendo-lhe pelos serviços prestados à Companhia. VI. Aprovar a alteração do quorum para as deliberações do Conselho de Administração. Desta forma, o artigo 22 do Estatuto Social passa a ter a seguinte redação: **"Artigo 22** - O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por semestre, e, extraordinariamente, sempre que necessário. (...) § 3º As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas por maioria de votos dos conselheiros presentes à reunião. As deliberações relativas às matérias elencadas nas alíneas "d" a "j" do Artigo 23 abaixo serão tomadas pelo voto de três conselheiros. Das reuniões do Conselho de Administração serão lavradas atas no livro próprio, tornando-se efetivas com a assinatura de tantos membros quanto bastem para constituir o quorum requerido para deliberação." VII. Aprovar a alteração da redação das alíneas a, f, h, i, j e k do artigo 23 do Estatuto Social, que passa a ter a seguinte redação: **"Artigo 23** - Além da competência estabelecida em lei, competirá ao Conselho de Administração: a) Determinar o levantamento de balanços intermediários ou intercalares; b) Autorizar a admissão, suspensão e cancelamento da negociação das ações de emissão da Companhia em mercados organizados (bolsa de valores ou mercado de balcão) no Brasil ou exterior; c) Fixar a remuneração individual dos administradores para os quais a Assembléia Geral tenha aprovado montante global. d) Alterar o orçamento existente ou aprovar o orçamento anual e qualquer modificação do mesmo; e) Autorizar a realização de quaisquer gastos, custos ou despesas em valor superior a 10% (dez por cento) do valor orçado para cada rubrica orçamentária para aquele exercício social; f) Submeter à Assembléia de Acionistas proposta para autorização de emissão de notas promissórias, debêntures e outros títulos ou valores mobiliários pela Companhia, no Brasil ou no exterior; g) Autorizar a participação em outras sociedades e em grupo de sociedades; h) Autorizar a Diretoria a contratar dívida ou financiamentos de qualquer natureza; i) Autorizar a Diretoria a alterar ou rescindir o Contrato de Licença de Direitos de Comercialização de Dados Sísmicos e Outras Avenças; j) Autorizar a aquisição, alienação, transferência, cessão, arrendamento e/ou oneração, sob qualquer forma ou modalidade, de bens do ativo permanente." VIII. Alterar a redação dos parágrafos 1º e 2º do artigo 31 do Estatuto Social, que passa a ter a seguinte redação: **"Artigo 31** - Ao fim de cada exercício social, serão elaboradas, com base na escrituração mercantil da Companhia, as demonstrações financeiras, previstas em Lei. § 1º. A Companhia levantará balanços semestrais; o Conselho de Administração poderá ainda determinar o levantamento de balanço em períodos menores, e aprovar a distribuição de dividendos com base nos lucros apurados nos balanços semestrais ou nestes balanços, respeitado o disposto no art. 204 da Lei nº 6.404/76. § 2º. O Conselho de Administração poderá deliberar a distribuição de dividendos intermediários, a conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral, na forma do §2º do art. 204 da Lei nº 6.404/76." IX. Desta forma, foi aprovada a consolidação do Estatuto Social da Companhia, que segue como Anexo I a esta ata. X. Aceitar a renúncia do membro do Conselho de Administração Sr. Sergio da Costa Ribeiro, agradecendo-lhe pelos serviços prestados à Companhia. XI. Eleger para o cargo vago do Conselho de Administração o Sr. Paulo Cezar Rodrigues Pinho da Silva, brasileiro, casado, economista, portador da carteira de identidade nº 272.410-4, expedida pelo IFRJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 316.198.947-34, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida República do Chile nº 230, 9º andar, o qual desde logo declara, de conformidade com o inciso II do art. 35 da Lei nº 8.934 de 18/11/94, que não está incurso em qualquer crime previsto em lei ou outra hipótese legal que o impeça de exercer atividade mercantil ou comercial, e, ato contínuo, tomou posse em seu cargo, mediante assinatura termo de posse no livro de atas do Conselho de Administração. XII. Aprovar as alterações efetuadas na Minuta de Escritura de Emissão Pública de Debêntures Conversíveis em Ações Ordinárias da MC Trust S.A. que foi aprovada na Assembléia Geral Extraordinária realizada em 28 de junho de 2000. A nova Minuta segue como Anexo II a esta Ata. XIII. Autorizar a publicação desta ata com omissão das assinaturas dos acionistas como faculta o §2º do artigo 130 da Lei nº 6.404/76. **V. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, e como ninguém mais desejasse fazer uso da palavra, a Assembléia foi encerrada com a lavratura desta ata que, lida e conferida, foi por todos assinada. Acionistas: CM Barra Software Ltda., representada por Luiz Bodanese; Margareth Lousada Bodanese; Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários; Maurício da Costa Ribeiro; Sergio da Costa Ribeiro; Paulo Cezar Rodrigues Pinho da Silva; Atila Noaldo Serejo Alves Silva; José Breno Bueno Salomão. Presidente: Atila Noaldo Serejo Alves Silva. Secretário: Jorge do Monte França. Confere com o original lavrado em livro próprio. Rio Bonito, 18 de setembro de 2000. Jorge do Monte França – Secretário.

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CERTIFICO O REGISTRO SOB NOME, NÚMERO E DATA ABAIXO.
MC TRUST S/A



00001103329

DATA: 19/09/2000

Márcia Cristina V. Contreiras
Márcia Cristina V. Contreiras
SECRETÁRIA GERAL



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran